

# COM A PRIMEIRA GERAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA E PARA ALÉM DELA

A intersubjetividade de Jessica Benjamin na análise crítica do autoritarismo contemporâneo

Juliana de Azevedo Castro Cesar\*

## RESUMO

Embora diversos intelectuais tenham recentemente apontado que as primeiras publicações da teoria crítica oferecem recursos inestimáveis para a compreensão do atual contexto global autoritário, essa produção teórica também carrega impasses significativos. Os principais deles estão relacionados às implicações patriarcais do modelo; à nostalgia da família e do indivíduo liberais burgueses; e à crença limitada na possibilidade de saída dos paradoxos da razão. Em resumo, para os frankfurtianos da primeira geração, o combate ao autoritarismo seria possível somente pela sua internalização individual em primeiro lugar. O reconhecimento desses problemas tem levado diversos teóricos contemporâneos a evitar o modelo ortodoxo freudi-

---

\* Doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Contato: [jucastrocesar@gmail.com](mailto:jucastrocesar@gmail.com).

ano, buscando outras referências psicanalíticas para fundamentar uma análise crítica alternativa. Contudo, uma das vozes mais importantes na crítica aos impasses da primeira geração, a da psicanalista Jessica Benjamin, não costuma ser considerada em seu conjunto para fundamentar positivamente um modelo alternativo. Suspeitando que isso se deva a sua excessiva esperança na possibilidade de harmonização entre sujeito e objeto, ou na consideração branda da autora sobre a agressividade humana, argumentamos que esses aspectos foram suavizados ao longo de sua produção, encontrando a maior proximidade à negatividade freudiana na compreensão tardia acerca da fantasia de que “apenas um pode viver”. Assim, sua teoria apresenta um recurso interessante para a atualização da teoria crítica no contexto atual, mantendo a profundidade do diagnóstico frankfurtiano, mas também indo além de certos impasses teóricos.

## PALAVRAS-CHAVE

Autoritarismo; Escola de Frankfurt; psicanálise; Jessica Benjamin

## WITH CRITICAL THEORY'S FIRST GENERATION AND BEYOND IT

Jessica Benjamin's intersubjectivity in the critical analysis of contemporary authoritarianism

## ABSTRACT

Although several scholars have recently indicated that the first publications of critical theory offer invaluable resources for understanding the current global authoritarian context, this theoretical production also carries significant impasses. The main ones are related to the patriarchal implications of the model, the nostalgia of the liberal bourgeois individual and the liberal bourgeois family, and the limited

belief in the possibility of getting out of the paradoxes of reason. In short, for the first generation of the Frankfurt School, the struggle against authoritarianism would be possible only through its prior individual internalization. Recognizing these problems has led several contemporary theorists to avoid the Freudian orthodox model, seeking other psychoanalytical references to support an alternative critical analysis. However, one of the most important voices in criticizing the first generation's impasses, the psychoanalyst Jessica Benjamin, is not usually considered as a whole to positively support an alternative model. Suspecting that this is due to her excessive hope in the possibility of harmonizing subject and object or her bland consideration about human aggressiveness, we argue that these aspects were softened throughout her production, finding the closest proximity to Freudian negativity in her late understanding of the fantasy that "only one can live." Thus, her theory presents an interesting resource for updating critical theory in the current context, maintaining the depth of the Frankfurtian diagnosis but also going beyond certain theoretical impasses.

## KEYWORDS

Authoritarianism; Frankfurt School; psychoanalysis; Jessica Benjamin

---

## Introdução

A recente ressurgência global de formas autoritárias de governo, evidenciada de forma paradigmática pela liderança de Donald Trump, no país que se considera um dos berços da democracia, tem desafiado analistas políticos a estabelecer um diagnóstico crítico do contexto atual. Para dar conta da tarefa,

muitos pesquisadores têm convergido para uma explicação que combina elementos econômico-sociais e psicológicos. Por um lado, é quase inevitável propor como variável explicativa da crise política a dinâmica do neoliberalismo, o agravamento da situação econômica mundial após a crise de 2008 e os crescentes níveis de desigualdade social (Brown 2018, Gandesha 2018, Leeb 2018, Abromeit 2018). Argumenta-se que a insegurança econômica e social gera sentimentos de desamparo, frustração e ressentimento, que desgastam a dinâmica democrática e predis põe os cidadãos a buscar soluções extremas. Por outro lado, a atração afetiva e irracional dos líderes populistas em relação às massas sugere que uma explicação puramente econômica não basta para explicar o caso, sendo também necessário estender a análise para as dinâmicas psíquicas que se impõem entre líderes e seguidores, recorrendo, para tanto, à teoria psicanalítica (Wolfe 2005, Bernstein 2017, Whitebook, 2017a, Rensmann 2018, McAfee 2019, Allen 2021). Nesse sentido, o argumento geral sugere a retomada das primeiras produções da Teoria Crítica, que lograram combinar dinamicamente crítica social e teoria psicanalítica, produzindo diagnósticos convincentes acerca do surgimento e fortalecimento do fascismo, com o amplo apoio das massas (Gandesha 2017). Considera-se, ademais, que produções posteriores da Escola de Frankfurt, especialmente Habermas e Honneth, ao abdicarem do projeto marxista e da psicanálise freudiana, não produziram adequadamente nem uma crítica estrutural da economia (Abromeit 2018), nem dariam conta de explicar o aspecto altamente irracional e afetivo da relação dos eleitores a líderes populistas como Trump (Gandesha 2017). Assim, inúmeros pes-

quisadores críticos têm retornado principalmente aos estudos de Horkheimer e Adorno sobre o autoritarismo para analisar as dinâmicas contemporâneas (Wolfe 2005, Wolin 2016, Gordon 2017, Gandesha 2017, 2018, 2020, Bernstein 2017, Abromeit 2018, Rensmann 2018, Leeb 2018a, 2018b, Bottici 2017, Allen 2021).

Apesar dessa tendência, diversos desses autores reconhecem que já não é mais possível simplesmente retomar o diagnóstico da primeira geração, aplicando-o diretamente ao contexto atual. Obviamente, a estrutura econômica e social mudou consideravelmente depois de quase um século, ganhando novas complexidades relacionadas, por exemplo, à globalização e ao desenvolvimento do sistema financeiro, para mencionar algumas. Também a psicanálise freudiana, fundamento essencial do diagnóstico frankfurtiano, foi largamente revisada, criticada e historicizada nas últimas décadas. Desse modo, a tarefa de retomar a primeira geração vêm acompanhada da necessária revisão de suas teses, de acordo com a própria proposta imanente que a teoria crítica se coloca desde o início (Horkheimer 1975 [1937]: 157-161). Considerando que as produções revisionistas são extremamente vastas e produtivas, nesse artigo manteremos o foco nas críticas direcionadas especificamente às interpretações de Horkheimer e Adorno em relação à psicanálise freudiana, com o objetivo de procurar versões psicanalíticas que sejam mais apropriadas para a tarefa que lhes demandamos contemporaneamente.<sup>1</sup>

---

1 Para uma discussão mais aprofundada sobre a perspectiva econômica, ver Abromeit, 2018 e Gandesha, 2018.

Nesse sentido, as principais objeções relacionam-se ao modelo do desenvolvimento egóico freudiano adotado pelos frankfurtianos, denunciado por conter demasiados resquícios autoritários, racionalistas e patriarcais. Uma das principais referências desse argumento é a psicanalista feminista Jessica Benjamin, que tem extensa produção em diálogo com os primórdios da teoria crítica. Ao mesmo tempo, porém, em que diversos autores têm validado sua crítica ao modelo ortodoxo freudiano e à adoção desse modelo pelos frankfurtianos, a obra da autora não é considerada para o desenvolvimento de um modelo crítico alternativo. A seguir apresentaremos os contornos da problemática que autores contemporâneos têm enfrentado ao resgatar o modelo diagnóstico de Horkheimer e Adorno, para então apresentar alguns elementos interessantes que comporiam uma análise alternativa benjaminiana. Argumentamos que recursos importantes e comumente ignorados se encontram principalmente em sua obra tardia. Concluimos apontando as vantagens de um aprofundamento na obra da autora para analisar o nosso tempo.

### **Problemáticas na recuperação dos primeiros estudos críticos sobre autoritarismo**

Buscando compreender a falência da revolução socialista na Alemanha e o subsequente apoio das classes trabalhadoras ao fascismo, as teorizações frankfurtianas sobre o autoritarismo envolvem uma complexa leitura sobre a sociedade do capitalismo tardio, a alienação dos trabalhadores, a mudança na estru-

tura familiar burguesa e a influência avassaladora da indústria cultural. Esses aspectos combinados procuravam analisar as contradições sociais e os antagonismos existentes entre a sociedade e os indivíduos, que possibilitavam a emergência de autoridades irracionais, cujo apoio era contrário aos interesses das próprias massas. Como o dignóstico social dos autores é bastante complexo e não caberia na estrutura desse artigo, nosso foco, a seguir, priorizará a compreensão sobre o desenvolvimento dialético da psique individual, tal como ela ocorre no capitalismo tardio, análise elaborada com o auxílio de categorias emprestadas da psicanálise freudiana.

Desse ponto de vista, em resumo, os frankfurtianos, sobretudo nas primeiras produções do Instituto, relacionaram a necessidade de submissão a líderes autoritários à dificuldade em internalizar a autoridade dentro da psique individual. Alterações econômicas e sociais do capitalismo tardio teriam gerado um declínio na autoridade moral e concreta do pai no interior das famílias burguesas, o que prejudicaria diretamente a sua internalização durante a passagem pelo complexo edípico descrito por Freud. O resultado seria o desenvolvimento de indivíduos autômatos e de egos enfraquecidos, dominados diretamente por autoridades externas, representadas por personalidades midiáticas e líderes autoritários. Encontrando uma audiência formada por indivíduos “despojados de autonomia e espontaneidade”, a propaganda fascista ofereceria os elementos idealizados e defensivos que eles inconscientemente buscavam, conseguindo dominar profundamente seus seguidores. A saída para essa situação passaria pela ambígua tarefa de internalização da autoridade,

que, por sua vez, promoveria o reforço do ego racional, contra a dominação regressiva das autoridades fascistas. Embora conscientes das limitações e contradições inerentes à internalização da autoridade, como fica evidente na *Dialética do esclarecimento* (Adorno e Horkheimer 1985), os autores parecem não ver uma saída que não retornar à razão individual liberal como tábua de salvação contra a desrazão generalizada das massas sob o fascismo.

Por exemplo, no artigo “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” (2018), Adorno, além de relacionar a submissão das massas à homossexualidade, também sugere uma centralidade explicativa evidente da figura paterna. Ele afirma que “apenas a imagem psicológica do líder é apta a reanimar a ideia do todo-poderoso e ameaçador pai primitivo” (2018). E acrescenta que a “formação da imagem de uma figura paterna onipotente e não controlada (...) é a única maneira de disseminar a ‘atitude passivo-masquista [...] à qual a vontade tem de se render’” (Ibid). Sem, contudo, denunciar as dinâmicas patriarcais que sustentam o apelo arcaico do “pai primitivo”, o autor coloca, em oposição ao domínio fascista, a possibilidade racionalista de “tornar os sujeitos conscientes de seus inconscientes” (Ibid). Sem ver uma saída à internalização, ele acrescenta: “Pois, ao mesmo tempo que sempre denota algum aprisionamento do indivíduo, a psicologia também pressupõe liberdade no sentido de uma certa auto-suficiência e autonomia do indivíduo” (Ibid.). Por “psicologia”, Adorno se refere à formação egóica e sobretudo superegóica, constituída através da internalização da autoridade. Por isso, ele lamenta, em seguida, o empobrecimento do ego e a

substituição do superego individual pela figura do líder, o que explica “desindividualizados átomos sociais pós-psicológicos que formam as coletividades fascistas” (Ibid.). Ou seja, ainda que representando, de certa forma, um aprisionamento do indivíduo, a formação de um ego forte seria o menor dos males, considerando-se a desindividualização regressiva do fascismo.

Samir Gandesha , um dos principais teóricos interessados na retomada dos estudos de Horkheimer e Adorno para compreender a eleição de Trump, reconhece que certas categorias freudianas ortodoxas, que os autores empregam, funcionam como sistemas demasiadamente fechados e autoritários (2018: 9). Especialmente o conceito de “personalidade autoritária” se basearia na suposição patriarcal de que o desenvolvimento normativo do ego dependeria da internalização de um pai forte e autônomo. Por isso, o remédio implícito contra o autoritarismo seria a internalização paterna, proporcionada mais facilmente pela forma familiar burguesa. Amy Allen também aponta esse problema, que ela denomina de “paradoxo do autoritarismo” (2021: 64-65): apesar de Adorno criticar o ego racional como uma instância de dominação interna, ele ainda o considera uma condição necessária à resistência individual ao fascismo.

Tanto Gandesha, quanto Allen se beneficiam da crítica clássica de Jessica Benjamin ao problema da internalização da autoridade. No artigo “*The End of Internalization*” (1977), um dos primeiros da psicanalista, ela argumenta que a resistência crítica à dominação, para Adorno e Horkheimer, demandaria elementos como a razão, a individualidade e a integridade egóica, que, por sua vez, dependem da internalização. Nas suas palavras, então:

“a rejeição da autoridade só pode ocorrer através da sua aceitação em primeiro lugar” (Ibid.: 42, trad. nossa). Esse paradoxo está diretamente relacionado ao entendimento freudiano acerca do caráter essencialmente antissocial e regressivo das pulsões. Em contraste, a razão se torna, então, uma força repressiva, porém necessária, de controle pulsional. Sem visualizar a possibilidade de uma harmonização possível entre sujeito e objeto, a autoridade aparece como necessária para a vida em sociedade: “Como Adorno não vê a possibilidade de reconciliação entre razão e natureza, a luta entre eles resulta em um impasse do qual a autoridade emerge triunfante” (Ibid.: 43, trad. nossa). Um problema claro em insistir nesse modelo, sobretudo através das categorias freudianas ortodoxas, sem a devida problematização, é desembocar na conclusão de que, contra o populismo regressivo que domina externamente seus seguidores, precisaríamos reforçar a internalização do pai burguês, argumento que contraria largamente a tendência teórica feminista das últimas décadas.

Allen (2021: 62-64), em referência a Whitebook, também denuncia o “paradoxo da autoderrota”, referente à identificação problemática do “ego autocrático com o ego em si”. Ao considerar qualquer tipo de integração egóica como necessariamente autoritária, a escola de Frankfurt “derrota a si mesma”, ao tornar impossível o projeto de emancipação em relação às contradições do iluminismo, ou a possibilidade de superação da dialética do esclarecimento. Para Whitebook (2004), essa crítica extrema ao ego teria sido parcialmente responsável por gerar impasses teóricos insuperáveis e mesmo o “quietismo político” dos autores, já que os frankfurtianos, no fim das contas, permaneceram

presos à cisão entre um ego rígido e narcisista, de um lado, e uma dissolução regressiva do self, de outro.

É preciso reconhecer, porém, que não é consensual a afirmação de que Adorno teria de fato abdicado de um conceito menos autoritário do ego ao longo de toda a sua produção. Allen argumenta que podem ser encontrados vislumbres de um conceito de integração egóica não-reificada em Adorno, principalmente em produções tardias, como na *Dialética negativa* (2009) e no ensaio “Sobre sujeito e objeto” (1995). A filósofa considera que Adorno sutilmente sugere um estado de reconciliação entre sujeito e objeto que não seria um estado de indiferenciação, nem tampouco de antítese hostil, mas um estado de “comunicação do diferenciado” (Adorno 1995: 185), em que sujeito e objeto permanecem diversos entre si, mas ainda são capazes de participar um do outro de maneira pacífica (Allen 2021: 83). Gandesha também reconhece essa tendência, apontando que podemos encontrar elementos que aproximam a teoria adorniana do entendimento intersubjetivo de Jessica Benjamin, sobretudo na ideia de uma dependência da alteridade que desafia a submissão, presente principalmente na *Dialética do esclarecimento*, e também na crítica imanente à concepção de autonomia em Kant, na *Dialética negativa* (Gandesha 2018: 10).

Contudo, ainda que Adorno talvez anteveja uma possibilidade mais harmônica nos textos tardios, as principais referências retomadas pelos autores contemporâneos para explicar a ressurgência do autoritarismo são *A personalidade autoritária* (Retomada, por exemplo por Wolfe 2005, Wolin 2016, Gordon 2017, Gandesha 2017, 2018, Bernstein 2017, Abromeit 2018 e Rens-

mann 2018) e “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista” (Recuperada por Leeb 2018a, 2018b, Gandesha 2020, Bernstein 2017, Rensmann 2018 e Bottici 2017), em que é possível notar claramente a sugestão de que um ego reforçado, nos moldes ortodoxos freudianos, teria vantagens em conter o fascismo. Allen mesma reconhece essa evidência no estudo sobre a propaganda fascista (2021: 66).

Além disso, referindo-se ao diagnóstico de Wendy Brown sobre o neoliberalismo (2018, 2019) – que dá crédito à teoria egóica freudiana, via Marcuse – Allen (2021: 191) também aponta que outro risco que os teóricos críticos correm é o de se posicionarem presunçosamente como autônomos e maduros, em contraste com os seguidores de líderes populistas, que seriam infantis e emocionalmente descontrolados. Uma compreensão muito ortodoxa e estrita do ego como essencialmente racional, controlado e progressivo, em contraste com a regressão pulsional arcaica, erótica e indiferenciada, pode direcionar o teórico nessa direção, especialmente se não aliar ao seu diagnóstico uma compreensão complementar acerca das contradições sociais às quais todos se encontram submetidos. Nesse sentido, ainda que os frankfurtianos tenham elaborado tal compreensão mais abrangente, bem como identificado tendências autoritárias na esquerda soviética, na social-democracia europeia e mesmo nos Estados Unidos democráticos, não é difícil encontrar exemplos de triunfalismo intelectual, que por vezes transbordam para um triunfalismo da esquerda estado-unidense, entre autores que respaldam a retomada atual da primeira geração.

Entre alguns exemplos dessa prática teórica por parte desses autores, podemos citar a conclusão de Claudia Leeb (2018b) de que os membros da massa trumpista se encontrariam em um estado hipnótico regressivo, de suspensão da personalidade consciente e obediência cega ao líder que, evocando a figura arcaica do pai primevo, os intimida e os fascina. Ela afirma que: “a forma como o comício de Trump é organizado cria as condições para hipnoses em massa que colocam seus seguidores para dormir a fim de avançar sua regressão” (2018b: 70, trad. nossa). Allan Wolfe (2005) afirma que atualmente indivíduos de personalidade autoritária deveriam ser buscados, nos Estados Unidos, somente entre os adeptos da direita, especialmente entre os Republicanos. Richard Wolin (2016), por sua vez, acredita que devido ao grande estresse econômico e social, é difícil resistir à “tentação de regredir a um estágio filogenético mais primitivo, como o sugerido pela horda primeva de Freud” (2016, trad. nossa). Nesse cenário, aproveitando a estrutura mental de parte da população, caracterizada por um ego enfraquecido e um id indisciplinado, os líderes populistas tendem a ser bem sucedidos em manipular seus seguidores infantilizados, levando-os a apoiar medidas auto prejudiciais. Seu artigo conclui que uma saída para o trumpismo seria evitar a tentação à regressão, ao “levar a sério a situação de milhões de cidadãos americanos que sentem que o sistema político atual e as elites que o administram têm consistentemente ignorado suas dificuldades” (Ibid., trad. nossa). Porém, em relação a esse ponto, Allen aponta que esse tipo de triunfalismo da teoria, que diferencia um sujeito do conhecimento maduro e consciente, de um objeto infantil e manipulável,

para além do perigo de estabelecer um diagnóstico parcial, talvez até mesmo contribua com o ressentimento dirigido contra as elites, tão presente no discurso autoritário (2021: 191).

Peter Gordon (2017) desenvolve esse argumento, apontando uma quase irresistível fascinação de Trump sobre seus críticos, por meio de uma autodefinição negativa: “Seja o que for, o Trumpismo não equivale a *nós*, e esse é o seu consolo oculto. (...) Se Trump encanta seus partidários, desperta um fascínio não menos poderoso nos críticos que o odeiam” (2017: 50, trad. nossa). Apresentando uma análise mais aprofundada sobre a obra geral de Adorno e Horkheimer, Gordon aponta que o isolamento analítico de uma “personalidade autoritária” seria possível apenas porque os indivíduos teriam se tornado meras funções ou tipos sociais. Isso porque, como indica a famosa frase adorniana, “o fascismo como tal não é uma questão psicológica”, mas produto da irracionalidade da própria sociedade, em que a psique individual ou a estrutura do indivíduo burguês tenderia a se dissolver. Portanto, a noção da “personalidade autoritária” não seria suficiente para explicar o trumpismo contemporâneo, sendo mais útil recorrer aos estudos frankfurtianos sobre a indústria cultural.

O que essa análise indica é que não podemos simplesmente distinguir uma personalidade, colocando-a em uma escala “da qual o crítico com uma psicologia aparentemente saudável está de alguma forma imune” (Ibid.: 49, trad. nossa). Da mesma forma, o problema não se limita aos adeptos da direita, o que isentaria a esquerda de sua participação na questão. A dissolução do indivíduo racional, ao contrário, seria um fenômeno tão gene-

realizado que colocaria em questão a possibilidade mesma de reter a “mente” (e com ela a psicanálise) como uma categoria válida para a análise política. Isso porque “a personalidade autoritária não representa uma patologia da qual outros podem alegar imunidade. Ela representa a ‘estrutural total da sociedade’” (Ibid.: 52).

O remédio de Gordon para o triunfalismo teórico, porém, parece tão radical a ponto de matar a própria crítica, extrapolando a desconfiança em relação à personalidade autoritária para a impossibilidade do indivíduo racional, ou da subjetividade mesma, ao afirmar que, em detrimento da psicanálise, o modelo reducionista do behaviorismo estaria se tornando a verdade objetiva. Em outras palavras, o self psicológico teria dado lugar a um “feixe de reflexos” (Ibid.: 45, trad. nossa).

Allen acredita que Gordon foi longe demais nessa análise, principalmente em razão de sua plena adesão à noção ortodoxa freudiana da psique. Embora essa estrutura talvez esteja de fato datada, por depender excessivamente de uma sociedade patriarcal burguesa, ainda precisamos de algum conceito aceitável da psique e do ego. Mais ainda, segundo Allen, precisamos de uma nova linguagem psicanalítica para “entender a profunda irracionalidade da nossa política e as possibilidades de superar nossos impasses atuais” (2021: 191, trad. nossa). De fato, seu mais recente livro (2021) volta-se em grande parte para a argumentação de que a psicanálise seria um recurso indispensável para os teóricos críticos. Mas, para ela, seria necessária uma teoria psicanalítica que lograsse evitar tanto o triunfalismo do diagnóstico

crítico, quanto a impossibilidade total da crítica, como o estudo de Gordon ilustra.

Pelos problemas que já apontamos, a psicanálise oficial freudiana não seria o modelo adequado para a tarefa que lhe demandamos nesse momento. Ao mesmo tempo, a análise de Adorno, principalmente nos textos recuperados com mais frequência atualmente, também não se mostra suficiente, por sua larga adesão ao modelo freudiano ortodoxo. Sabemos que ele não deixou de criticar o fundador da psicanálise, especialmente em relação ao hipostasiamento das agências psíquicas, como supostas ontologias ahistóricas (1968). Porém, o filósofo ainda baseia seu diagnóstico sobre o capitalismo tardio largamente nesse modelo, sem divisar consistentemente a possibilidade de constituições egóicas menos opressivas, ao menos nos textos destacados.

Como aponta Chiara Bottici, nesse sentido, a sugestão freudiana de que as massas naturalmente se submeteriam a uma figura autoritária paterna seria uma análise claramente patriarcal e ultrapassada. Ao afirmar, porém, que as *causas* para o fenômeno das massas não têm raízes psicológicas, mas sociais (embora a psicanálise explique os *mecanismos* desse fato), Adorno vai além de Freud. Mas ainda que o frankfurtiano estabeleça que o “porquê” do fascismo estaria localizado nas contradições da própria sociedade, para ele, Freud (sobretudo a teoria edípica) ainda explicaria o “como” do fascismo. O risco de validar essas categorias, para a autora, ainda que historicizando-as, é operar um reforço da própria ideologia fascista, que também está enredada no modelo egóico burguês: “ao tentar entender o fas-

cismo, com a ideologia patriarcal que o sustenta, podemos até acabar reforçando seus próprios fundamentos conceituais” (2017, trad. nossa).

Diante desse impasse, seria necessário, segundo Bottici, procurar compreender criticamente as próprias categorias mobilizadas para explicar a dinâmica do autoritarismo. Por isso, assim como Adorno foi para além de Freud, os teóricos críticos contemporâneos devem “prosseguir com Adorno, mas também para além dele” (2017, trad. nossa). Mais do que historicizar Freud, como fez Adorno, portanto, é necessário também ir além de algumas de suas categorias, especialmente de seu modelo de desenvolvimento egóico, indo, então, para além de Adorno, ou pelo menos do Adorno de *A personalidade autoritária* e do artigo sobre a propaganda fascista. A questão, então, é encontrar outro modelo egóico que aprofunde o problema, mas que também aponte saídas alternativas para a crítica, evitando reforçar ou validar o excessivo racionalismo, positivismo e patriarcalismo do “Freud oficial” (seguindo a nomeação de Whitebook 2017b).

Algumas tentativas nesse sentido foram propostas, considerando diferentes abordagens da psicanálise, como aquelas de Melanie Klein (Amy Allen 2021), Donald Winnicott (McAfee 2019, que também combina recursos teóricos kleinianos) e Sándor Ferenczi (Gandsha 2018), para mencionar alguns<sup>2</sup>. Apesar

---

2 Vale ressaltar que, à época da primeira geração, sobretudo no início do século passado, não havia tantos modelos alternativos à psicanálise freudiana, ao menos não tão estabelecidos, desenvolvidos ou numerosos como existem hoje. As perspectivas lacanianas e winnicottianas, por exemplo, seriam desenvolvidas principalmente a partir de meados do século XX. Ademais, a crítica feminista não tinha a mesma consistência e alcance que possui atualmente, no aspecto psicanalítico. Ainda que algumas psicanalistas precursoras, como Karen Horney e Melanie Klein, tenham criticado conceitos

de diversos desses autores reconhecerem a justeza da crítica de Jessica Benjamin à primeira geração (ver, por exemplo, Gandedsha 2018, 2020, Allen 2021 e Marasco 2018) seu modelo psicanalítico completo não costuma ser considerado para uma análise sistemática do problema atual. Isso talvez porque suas primeiras produções sejam consideradas excessivamente positivas, alinhando-a aos revisionistas pós-freudianos que Adorno criticou profundamente (2014). Allen, por exemplo, afirma que prefere se basear em Melanie Klein, porque, além de essa psicanalista lhe oferecer recursos intersubjetivistas, ela também mantém a importância das pulsões, sobretudo a pulsão de morte, e a ideia da agressividade primária (Allen e Ruti 2019: 190). Esses autores, porém, não parecem considerar as obras tardias de Benjamin, que incorporam mais elementos de negatividade, configurando um recurso interessante para a tarefa que eles mesmos creditam à psicanálise.

Considerando a utilidade da obra benjaminiana na tentativa de atualização da teoria crítica, desenharemos a seguir os contornos do diagnóstico da psicanalista sobre o populismo contemporâneo. Não podemos, portanto, deixar de analisar as obras mais recentes da autora, principalmente os textos em que o retorno do populismo é considerado. Como conclusão, traçaremos implicações mais amplas da sua teoria que podem contri-

---

freudianos a partir de uma perspectiva feminina, desde o início do século XX, pode-se dizer que uma psicanálise feminista só foi sistematicamente elaborada a partir dos anos 1970, por nomes como N. Chodorow, D. Dinnerstein, J. Chasseguet-Smirgel, J. Mitchell, L. Irigaray, J. Kristeva, dentre outros. Por isso, em vista dos desenvolvimentos mais recentes da psicanálise, autores críticos contemporâneos procuram levar em consideração as revisões e alterações do campo psicanalítico das últimas décadas.

buir para uma análise teórica crítica, apontando brevemente as vantagens dessa abordagem para o esforço atual de diagnóstico da crise democrática.

## **Trajectoria do pensamento de Jéssica Benjamin sobre o autoritarismo**

As primeiras produções de Jessica Benjamin, durante as décadas de 1970 e 1980, debatem amplamente com a primeira geração da teoria crítica, a fim de buscar formas de emancipação que não dependessem da Lei paterna, de uma moral coercitiva ou de uma racionalidade fria que, segundo ela, informavam as produções críticas e as ações revolucionárias de então. Sua tentativa é dialogar tanto com as contribuições da escola de Frankfurt, em particular seu uso da teoria freudiana, quanto com as demandas do feminismo, centrando-se no conceito da intersubjetividade. Nesses artigos, ela propõe que a mutualidade entre dois sujeitos indicaria uma saída para o problema do autoritarismo. Mais do que precisar internalizar a autoridade paterna, a fim de ganhar independência moral e um ego racional, seria possível harmonizar sujeito e objeto, por meio da intersubjetividade. Nesse momento, para criticar a necessidade persistente do modelo patriarcal de família e racionalidade, a psicanalista se vê forçada a jogar fora também a noção fundamental da inconsistência entre as pulsões e o ego racional. Ou seja, Benjamin necessita flexibilizar o entendimento negativo freudiano, que impossibilita qualquer harmonização possível entre a civilização e a natureza, a fim de contornar a necessidade da internalização.

Sendo moldadas pelas relações de objeto, as pulsões se tornariam opressivas somente em contextos sociais específicos:

Em vez de assumir tendências regressivas inatas que devem ser neutralizadas pela pressão externa, poderíamos imaginar que alguma forma de desenvolvimento em direção à sociabilidade ocorreria na presença de outros sujeitos que não exercem coerção. Nesse caso, a deterioração da autoridade paterna como força de coesão na família pode ser vista com maior otimismo do que no caso da teoria crítica. (Benjamin 1977: 60, trad. nossa)

Ao mesmo tempo, a autora começa a sugerir um modelo de individuação e espontaneidade que dependeria do reconhecimento mútuo, ao invés da internalização. Em defesa dos psicanalistas revisionistas, criticados por Adorno por sua excessiva esperança na possibilidade da reconciliação, ela afirma que a insistência na negatividade intelectual seria também um aspecto do patriarcalismo, ecoando a nostalgia pelo pai de pulso firme. O modelo acadêmico do homem pessimista, frio e misantrópico teria óbvias conexões edípicas: “apenas o pai severo e judicioso pode tornar o filho apto para enfrentar as batalhas do mundo, ensiná-lo a abandonar a ilusória esperança de uma vida fácil” (Ibid.: 61, trad. nossa). Porém, para a psicanalista, pais severos, opressivos e distantes na verdade não produzem filhos independentes e críticos, mas filhos conformistas e apegados a uma autoridade externa.

As percepções desses artigos iniciais culminaram na publicação do livro *The Bonds of Love* (1989), em que Benjamin desenvolve uma teoria sistemática sobre a constituição do sujeito,

alterando fundamentalmente o modelo freudiano. Diferenciando-se claramente da teoria das relações de objeto, nesse momento, ela introduz o conceito de reconhecimento intersubjetivo como elemento-chave para sustentar momentaneamente a tensão entre sujeito e objeto.

Inicialmente, a autora se beneficia da teoria de Donald Winnicott (1971), para defender que o self tanto pode se relacionar com o outro como objeto, por meio de identificações e projeções, quanto pode se relacionar diretamente com o outro como sujeito, como um ser externo que está além do seu controle ou apreensão. Para abrir essa possibilidade de encontro com a alteridade, saindo do mundo totalmente intrapsíquico, é necessário destruir as projeções internalizadas sobre o outro, fazendo-o emergir como externo, irreduzível e indeterminado ao self. Em relação ao desenvolvimento egóico, segundo Winnicott, para sair do estágio onipotente de desenvolvimento, o bebê precisa tentar destruir a mãe, para testar se ela é apenas uma projeção de sua mente. Quando ele descobre que a mãe sobrevive à agressão, ela é colocada fora de sua mente, para que possa ser encontrada e amada como um sujeito. O bebê, então, percebe que ele também é externo e independente da mãe, de modo que esse processo está na base do seu sentimento de autoria e espontaneidade.

Para Benjamin, essa dinâmica pré-edípica só pode ser descoberta e compreendida quando o papel da mãe é incluído no esquema psicanalítico, já que esse papel permanece escanteado e subdesenvolvido na proposta de Freud. Em relação a essa constatação, resgatando também seu debate com os frankfurtianos, a psicanalista argumenta que a racionalidade moderna e o pensa-

mento ocidental são moldados por uma perspectiva masculinista voltada para a dominação e conquista da natureza, que separa radicalmente sujeito de objeto, como separa o menino edípico da mãe. Ou seja, o “gênero enquadra a relação entre a mente e a natureza” (Ibid., trad. nossa). Diante desse diagnóstico, Benjamin propõe uma solução feminista e intersubjetivista para a maior integração entre sujeito e objeto, por meio da constituição de uma objetividade dinâmica que permite momentos de sintonização e identificação entre o sujeito conhecedor e o objeto investigado. Não se trata de valorizar a irracionalidade, mas de expandir os limites da racionalidade por meio de momentos de comunhão (e não de conquista) com o mundo externo. Somente o sujeito capaz de reconhecer intersubjetivamente o outro, flexibilizando seu narcisismo onipotente, pode conceber uma tal experiência.

Porém, para permitir essa solução conciliatória, novamente é preciso reinterpretar a pulsão de morte freudiana, dando-lhe ares mais sociais. A autora afirma que essa pulsão, em termos intersubjetivos, corresponde à onipotência intrapsíquica, ou seja, ao estado de completa assimilação do outro a si mesmo. Por se tratar, então, de um estado mental de dominação, a onipotência é bastante arraigada, relacionada ao paradoxo do reconhecimento, mas ainda assim, ela é evitável, sobretudo quando o outro sobrevive à tentativa de destruição, abrindo o espaço intersubjetivo. Benjamin procura não rejeitar totalmente a teoria freudiana, nem se desfazer dos seus elementos de negatividade, buscando apenas uma solução de conciliação, que deveria servir também de saída para a crítica. Ela afirma, por exemplo, que a

dimensão intersubjetiva não nega a intrapsíquica, apenas adiciona um novo elemento a essa realidade. As pulsões, portanto, contam apenas uma parte da história, mas falta ainda compreender como elas podem ser moldadas, contidas e assimiladas por meio das relações entre os sujeitos.

O fenômeno do autoritarismo, então, não estaria relacionado a uma antinomia civilizacional fundamental e quase insuperável, como entendem os frankfurtianos, mas seria uma dinâmica social de viés fortemente patriarcal, relacionada à fria racionalidade ocidental e ao desprezo masculinista pelos elementos de identificação e amor, rejeitados culturalmente como maternais, antissociais e inferiores.

Em publicações subsequentes, Benjamin mantém seu entendimento revisionista acerca das pulsões, afirmando que elas são “melhor entendidas não literalmente, biologicamente, mas sim como uma metáfora para estados somáticos e afetivos” (1995: 189, trad. nossa). Ainda assim, ela acredita que não é necessário escolher entre a teoria das pulsões ou a das relações de objeto, sendo possível manter aspectos de ambas, através de um trabalho de tradução entre tradições. Por exemplo, em *Like Subjects, Love Objects* (1995), fazendo questão de manter a agressividade como um momento necessário para a vida psíquica, a psicanalista procura responder ao desafio de “eliminar a noção de uma pulsão biológica subjacente à destrutividade” e ao mesmo tempo “encontrar um lugar para as forças destrutivas e negativas da realidade na vida mental” (Ibid.: 45, trad. nossa). Ou seja, o lugar fundamental da agressividade já não pode ser concebido idealisticamente como apenas defensivo, nefasto ou inau-

têntico, mas é também um elemento dado (“nesse sentido, um *Trieb*”, Ibid.: 210, trad. nossa) e um movimento necessário de autoafirmação.

Na sua conclusão, porém, a agressividade assume um aspecto quase positivo, sendo uma contrapartida do reconhecimento, especialmente quando é capaz de arrancar o self do seu mundo intrapsíquico. Por um lado, quando a agressividade não é sobrevivida, ela aprisiona o self no mundo onipotente das fantasias persecutórias, em que Thanatos tem a palavra final. Por outro lado, quando o outro sobrevive, ele pode ser encontrado fora do self, como um sujeito externo que relativiza sua onipotência solitária: “a ideia de destruição do objeto sugere o papel indispensável da agressão ou negação no esforço do sujeito para alcançar o outro” (Ibid.: 209, trad. nossa). Em outras palavras, a destruição surge como contraponto inextricável do reconhecimento, ou como complemento de Eros: “Como não pode haver experiência útil de destruição e sobrevivência sem agressão, a questão é realmente como seu adversário imortal, Eros, pode inspirar a agressão a assumir sua forma mais criativa, a destruição sobrevivida.” (Ibid.: 211, trad. nossa).

Apesar de haver uma clara divisão entre Thanatos (agressividade) e Eros (conexão intersubjetiva), a expressão de ambos aparece conjunta, já que um necessita do outro. Porém, a agressão aqui é compreendida como “qualquer ato do sujeito em relação ao outro que tenha um impacto”, porque isso basta para negar, modificar, ou romper sua identidade absoluta (Ibid.: 210, trad. nossa). Seguindo essa concepção branda da agressividade, em sua obra subsequente, *The Shadow of the Other* (1998), Benja-

min sugere ainda que experiências constantes de colapso e reparo no reconhecimento fortalecem a confiança dos sujeitos na possibilidade de superar sua onipotência ou superar padrões de não-reconhecimento (Ibid.: 97). A agressão, então, não é apenas o lado negativo necessário da intersubjetividade, mas também nutre a possibilidade de sobrevivência após a ruptura.

Nesse sentido ainda, o ego mais seguro e autônomo não seria o ego rígido e racionalista, que logrou internalizar adequadamente a autoridade paterna, mas sim aquele que consegue romper seu próprio narcisismo e manter a tensão entre a identificação com o outro e sua própria independência. O self liberal burguês, ou o “ego forte” considerado pelos frankfurtianos, tende a ser onipotente, monológico e resistente ao mundo externo, sendo na verdade instável e inseguro, porque experimenta a identificação com o outro como insuportavelmente ameaçadora.

Nessa mesma obra, ao aprofundar a problemática da identidade, a analista retoma seu diálogo com Adorno, dessa vez detendo-se na *Dialética negativa*. Ainda que valde a rejeição ao pensamento identitário, ela insiste na recusa aos resquícios racionalistas que identifica. Por um lado, a crítica de Adorno permanece útil, especialmente nos casos em que a impossibilidade da sobrevivência obstrui a intersubjetividade: “Portanto, não podemos prescindir da crítica da identidade, que se dirige ao self onde a sobrevivência falha, no recinto intrapsíquico da identificação e da projeção” (Ibid.: 93, trad. nossa). Por outro lado, a solução adorniana para a crítica da identidade se limita à sua contínua negação por meio da “autorreflexão”, ou seja, a psique individual

ainda seria o *locus* de reflexão e autonomia na obra frankfurtiana tardia. Assim, a falta do conceito da intersubjetividade nesse modelo impede uma saída do paradoxo identitário, porque sem o outro, “o sujeito reflexivo só pode refletir sobre si mesmo” (Ibid.: 93, trad. nossa).

Apesar das óbvias vantagens do modelo benjaminiano, como uma reinterpretação feminista do desenvolvimento egóico e como recurso normativo crítico, e ainda que seja notável o progressivo esforço da psicanalista em preservar os aspectos negativos da teoria freudiana, prestando a devida homenagem à agressividade, seu modelo ainda parece reservar demasiada confiança na superação da dominação. Como Judith Butler argumenta, temos a impressão de que a agressividade benjaminiana é uma ocorrência ocasional e lamentável, mas felizmente superável (2000: 273). Embora não diga com todas as letras, Allen parece concordar com essa crítica, alterando sua referência psicanalítica principal de Jessica Benjamin, em *The Politics of Ourselves* (2009), para Melanie Klein nas produções posteriores, alegando que essa última tem a vantagem de manter a teorias das pulsões e a negatividade primária. Apesar de todos os seus esforços, portanto, parece que Benjamin ainda não convence em oferecer um diagnóstico suficientemente negativo sobre a natureza psíquica. Sobretudo no contexto político e social contemporâneo, parece fundamental um entendimento aprofundado acerca das limitações da intersubjetividade e das impossibilidades de superação da destruição. Nesse sentido, poderíamos perguntar: se o momento intersubjetivo é tão harmonioso e benéfico, apesar de não poder ser perenemente sustentável, por

que ele não é mais prevalente? Por que ainda observamos a dominação e o autoritarismo? Por que não conseguimos afinal sobreviver à agressão?

Acredito que essas respostas podem ser encontradas nas publicações tardias da própria autora, especialmente no livro *Beyond Doer and Done To* (2018) em que ela analisa casos globais de crises humanitárias, guerras e graves conflitos políticos, incluindo a eleição de Trump nos Estados Unidos. A gravidade desses casos faz com que sua concepção de agressividade, e, portanto, também seu conceito de intersubjetividade, sofram importantes ajustes, tornando-se significativamente mais ambivalentes. Fica claro que a agressividade em questão agora envolve de fato a destruição (mental, moral e física) do outro, não apenas um impacto cotidiano de uma subjetividade sobre a outra.

Um conceito chave para compreender seu pensamento tardio é a ideia de que “apenas um [sujeito] pode viver”, considerada uma fantasia elementar, relacionada à dependência e vulnerabilidade humanas e cristalizada de maneira profunda no individualismo moderno. Na lógica da complementaridade hostil entre sujeito e objeto, apenas há espaço para um sujeito, ideia que se manifesta em diferentes momentos históricos e biográficos, nunca sendo de fato completamente superada. Agora se entende que a cisão sujeito-objeto pode ser tão forte a ponto de apagar ou sugar o espaço entre os sujeitos, de modo a restar apenas duas opções: submissão ou retaliação ao outro, matar ou ser morto. Portanto, uma nova forma de negatividade entra novamente com toda força na sua teoria.

O momento em que isso fica mais claro é na descrição da autora sobre um projeto que desenvolveu na Palestina, voltado para a reconciliação e a cura psicológica de traumas de guerra. Ela reconhece que, desde o início, os israelenses justificaram a ocupação da Palestina devido ao sofrimento do Holocausto. Nesse caso, então, uma economia psíquica se instalou em torno do capital moral do sofrimento: “quem mais sofre, merece viver. Se o Holocausto continuar sendo o maior sofrimento, então os israelenses podem sentir que ainda são os prejudicados, não os culpados, e assim merecem viver” (Ibid.: 230, trad. nossa).

De forma semelhante, a analista notou que, durante as sessões de grupo do projeto, que tinham o objetivo de gerar um espaço relacional entre israelenses e palestinos, as discussões realizadas em um nível racional, moral ou impessoal, especialmente nas dinâmicas com grupos maiores, eram menos eficazes na produção de mudanças comportamentais, geralmente servindo apenas para reforçar narrativas previsíveis estruturadas em torno da lógica “nós contra eles” e do medo em perder o status moral do grupo. Nesse caso extremamente polarizado e concretamente destrutivo, uma vez que o assassinato de indivíduos do lado oposto é de fato frequentemente justificado por estruturas morais e narrativas persecutórias, o ato de reconhecer a responsabilidade em ferir o outro significa também colocar-se no lado errado, descontrolado ou destrutivo, implicando então no merecimento da própria morte. Esta lógica complementar determina então que apenas uma realidade pode sobreviver, o que pode significar que apenas um povo pode viver em um território, como no caso palestino.

No entanto, enquanto os grupos maiores reforçavam as narrativas complementares, os grupos menores facilitavam a formação de relações mais próximas e seguras, em que os sujeitos podiam reconhecer a ambiguidade das posições que eventualmente assumem, admitindo que podiam ser bons e maus, vítimas e perpetradores, certos e errados. Nesse contexto reduzido, a possibilidade de sobrevivência era maior, fomentando uma entrega mais segura ao espaço da ambiguidade moral e uma maior relativização da autoafirmação. Suportar a ambiguidade moral, então, confrontando a possibilidade, ainda que momentânea, de não merecimento da própria existência, era o movimento que permitia o relacionamento entre sujeitos dos dois lados do conflito.

Outros casos extremos que Benjamin analisa nessa obra, como a ditadura militar no Chile e o apartheid na África do Sul, reforçam que, especialmente em um contexto de polarização, o lugar da intersubjetividade pode ser perigoso, instável e ameaçador, pois a rendição à relação com o outro tende a evocar o sentimento de impureza moral, a destruição ameaçadora da identidade e o merecimento psicológico da própria morte.

Porém, para além desses exemplos extremos, Benjamin sugere que a mentalidade do “apenas um pode viver” está presente também em outras categorias sociais mais cotidianas, ao menos para grande parte do mundo ocidental, como por exemplo no racismo, no nacionalismo, no imperialismo, e também nos fundamentos do capitalismo (2018: 232). Em outras palavras, “a fantasia de que apenas um pode viver está embutida no sistema econômico e nacional”, seja na ideia de que a nação está sendo

ameaçada externamente, seja na justificação da exploração econômica e da desigualdade social (2017: 478, trad. nossa).

Em um artigo de 2017, Benjamin reconhece a semelhança do contexto atual com os anos estudados pela primeira geração da teoria crítica, argumentando que Trump emprega técnicas de caráter fascista. Porém, novamente recusando a explicação via pulsões freudianas, empregada pelos autores, ela sustenta seu diagnóstico justamente sobre a noção do “apenas um pode viver”, como uma fantasia fundamental da história americana, relacionada à mentalidade puritana fundacional sobre a cisão do mundo entre os salvos e os condenados (2018: 232).

Apesar de estar sempre presente no país, essa fantasia ganha forças sob o neoliberalismo, impulsionando a ampla dissociação em relação aos sofrimentos sociais, tanto porque esse sistema mina estruturas coletivas de sobrevivência, quanto porque ele desestrutura esperanças e justificativas morais relacionadas a mudanças estruturais. Se o sistema capitalista é visto como legítimo e imutável, então as pessoas tendem a culpar a si próprias pelo seu fracasso. Isso leva a sentimentos de impotência e ressentimento, que direcionam os cidadãos a identificarem-se com uma figura autoritária que é a “única que pode sobreviver” no sistema neoliberal: “Enquanto os impotentes sentirem que não têm como fazer valer seus próprios interesses em revolta contra a autoridade e enquanto tal revolta parecer perigosa e moralmente errada, tal identificação se perpetua, mesmo quando vai contra seus próprios interesses.” (2017: 479, trad. nossa).

Esse é, então, o segredo do fascismo. Para seus apoiadores, o que Trump oferece é a garantia de que eles são bons e irrepreensíveis, enquanto o sistema quer prejudicá-los (2017: 480-481). Por outro lado, representantes da esquerda foram incapazes de desafiar esse apelo, porque ao invés de assumirem sua cumplicidade com o sistema, trabalhando mais diretamente a história da escravidão e exploração econômica do país, preferiram se dissociar psicologicamente dessa cumplicidade, talvez devido à culpa e ao medo de perecerem no sistema aparentemente imutável, em que apenas um pode viver. Por isso, acabaram identificados como uma elite distante e irresponsável.

Ou seja, esse ponto nodal moralista, que resume as possibilidades vitais, atrai um fascínio generalizado, aprisionando tanto os eleitores de direita, quanto os opositores de esquerda, numa luta simbólica e concreta. O espaço intersubjetivo é impossibilitado, de modo que não há lugar para a ambiguidade, a revisão de posições e a convivência com o diferente. Na lógica intrapsíquica, ou sobrevive o ego onipotente, ou o objeto ideal, que ocupa seu lugar. O que foge desse dualismo não é excluído do espaço psíquico, mas é incluído nele como um objeto negativo, persecutório e ameaçador.

Benjamin claramente se preocupa em não reduzir a análise a uma demanda por “mais razão”, a uma projeção cômoda da culpa para o outro lado, ou a uma evasão da responsabilidade. Ao invés, ela ao mesmo tempo aponta para a dinâmica estrutural e histórica do problema (de maneira curiosamente semelhante à análise de Gordon), mas também aponta a responsabilidade dos

“liberais americanos” ou das forças progressistas, que durante anos se dissociaram dos sofrimentos concretos das pessoas.

Para quebrar o ciclo defensivo de retaliação, o “pingue-pongue” da culpa (2017: 476), em que cada lado torna o outro psicologicamente inseguro, segundo ela, precisamos de uma visão que assegure que “mais de um pode viver”. Apesar de discordar diametralmente dos eleitores de Trump, seus opositores precisam oferecer uma visão que aponte os pontos de desacordo, mas que ofereça uma saída reparadora, que não implique no merecimento da sua morte. De forma semelhante, tanto Allen (2021), quanto McAfee (2019), inspiradas em Melanie Klein, recentemente têm advogado uma “política democrática depressiva”, fazendo referência à “posição depressiva” kleiniana, em que o self suporta a ambivalência, elabora a perda de referências idealizadas, e procura fazer reparações pela sua própria agressividade. Essa política, então, reforçaria a importância da deliberação democrática, que “permite a percepção depressiva de que aqueles de quem discordamos fervorosamente não são a encarnação do mal, mas sim pessoas completas, com partes boas e más”. (Allen 2021: 197, trad. nossa). Mencionando a “posição depressiva”, Benjamin se aproxima da conclusão dessas autoras, reforçando que precisamos fomentar uma orientação social voltada para a reparação, ao invés de “simplesmente atribuir toda a justiça e bondade a nós mesmos” (2017: 481, trad. nossa).

Ao mesmo tempo, porém, ela não deixa de mencionar que, enquanto permanecer o sistema capitalista, o ideal nacionalista e a desigualdade social, haverá um paradoxo insuperável entre o fundamento estrutural do sistema e o ideal democrático de que

“mais de um pode viver”. Por isso, ainda que seja crucial disputar politicamente a fantasia excludente, por meio da criação concreta do espaço democrático, em que líderes autoritários são desmascarados, mas não “mandados à guilhotina” (Ibid., trad. nossa), é preciso também estimular estruturas de proteção social, que reduzam a sensação de desamparo e de perigo concreto que fomentam a autoproteção.

Percebe-se que Benjamin agora entende que não é tão fácil sustentar a multiplicidade ou a ambiguidade moral, uma vez que essa operação envolve também nossa necessidade defensiva de justificação vital e a relação com o nosso próprio superego, que nos condena como autoridade internalizada. Confrontar o outro, então, ou insistir na possibilidade do reconhecimento, passa pelo necessário questionamento do sentido da própria existência e não meramente por sofrer um arranhão ou um chacoalhão externo sobre o nosso narcisismo. É verdade que em outras publicações anteriores Benjamin já relacionava a intersubjetividade com a fuga da pureza moral (ver, por exemplo, 1998: 86), mas em seu último livro, essa ideia se torna mais diretamente relacionada à possibilidade limite da morte. Se antes a onipotência do mundo intrapsíquico era o correlato da pulsão de morte, em oposição ao espaço relacional, agora a intersubjetividade de certo modo coincide com o merecimento possível da morte, ou seja, ela não deve mais ser relacionada a uma força positiva que contém ou suaviza a agressividade, porque ela na verdade depende de uma virada do desejo de morte ao próprio self, não na forma de um controle superegótico que tem a palavra final, mas em uma entrega à agressividade interna que se externaliza

na expressão livre da culpa, que, quando contida pelo outro, pode ser sobrevivida e renegociada. A hostilidade fundamental entre a agressividade individual e a sociedade, sustentada tão fundamentalmente por Freud e pelos frankfurtianos, reaparece sob a forma da fantasia fundamental da autoproteção. Ao mesmo tempo, a analista não se detém nessa divergência, afirmando que a intersubjetividade é possível ainda que altamente arriscada, precária, ambivalente e negativa, fornecendo ao menos um ponto de apoio para a crítica. Paga-se um custo elevado para uma reconciliação parcial, mas significativa: nesse modelo, evitando o recurso moral complementar, para se livrar da culpa, o self pode assumir o limite do merecimento da própria morte, reencontrando na sua sobrevivência intersubjetiva posterior, em que um outro externo afinal lhe permite viver, alguma forma de emancipação relacional, ainda que precária.

## **Conclusão**

Argumentamos nesse texto que a consideração branda de Jessica Benjamin sobre a agressividade humana ou sua excessiva esperança na possibilidade de harmonização entre sujeito e objeto, foram aspectos suavizados ao longo de sua produção, encontrando a maior proximidade à negatividade freudiana na compreensão tardia acerca da fantasia de que “apenas um pode viver”. Acreditamos que, por um lado, a analista oferece um conceito de intersubjetividade que retira o self de sua fortaleza monadológica, acrescentando em seu desenvolvimento uma dimensão radicalmente relacional, capaz de amenizar os impas-

ses da teoria frankfurtiana. Por outro lado, a fantasia “apenas um pode viver”, introduzida tardiamente, acrescenta um elemento negativo fundamental, autoconservador, intrapsíquico e fantasmático, mas, nem por isso, essencialista. Ao mesmo tempo em que podemos pensar que essa mentalidade autoprotetora é sistêmica em relação à estrutura de formação do ego, defensivo e individualizado, ao menos desde a modernidade, estando relacionado à vulnerabilidade da criança humana, ele não se sustenta sobre estruturas fisiológicas fixas, como entendem algumas interpretações pulsionais.

Além disso, a introdução dessa fantasia permite uma compreensão interessante e enriquecedora sobre o apelo de líderes populistas, prevalente ainda nesse século. A conexão fundamental entre a fantasia autoprotetora e o capitalismo, ao contrário de ser compreendida como uma mera “patologia”, convida a uma crítica sistemática a esse sistema, recurso necessário para compreender e desmascarar a prevalência do autoritarismo (Abromeit 2018, Gandesha 2017, Leeb 2018). Leeb aponta que a ausência de uma crítica estrutural ao sistema econômico atual enfraquece a esquerda, porque as pessoas mais afetadas pelo sistema direcionam seu ressentimento para outras soluções disponíveis, que não a alteração radical do status quo, de modo que “a ‘crítica’ de Trump ao capitalismo, embora enviesada, ajudou-o a ganhar o voto das classes trabalhadoras” (2018a: 311, trad. nossa). Benjamin propõe um argumento semelhante, ao afirmar que a esquerda deveria apontar suas próprias falhas em oferecer uma alternativa aos trabalhadores, autocrítica que deveria ser acompanhada de uma denúncia sistemática ao *status quo*.

Ao mesmo tempo, a analista advoga uma saída política democrática, que elabore as contradições inerentes ao sistema, possivelmente fazendo avançar posições culturais fixas, permitindo certa mudança de mentalidade e de comportamento. Por isso, acreditamos que os teóricos críticos contemporâneos se beneficiariam em considerar sua obra no geral, e principalmente as publicações tardias, como um recurso interessante para a compreensão crítica do nosso contexto. A análise benjaminiana tem o potencial de combinar uma crítica radical ao capitalismo, com uma prática política democrática, potencialmente oferecendo um diagnóstico aprofundado das contradições da estrutura, ao mesmo tempo em que oferece uma possível saída, embora ambivalente, arriscada e sempre em aberto. Afinal, como aponta Gandesha (2018), a solução intersubjetivista benjaminiana talvez não fosse mesmo tão distante da proposta tardia de Adorno.

*Recebido em 26/03/2021*

*Publicado em 03/02/2023*

## **Referências**

ABROMEIT, J. “Frankfurt School Critical Theory and the Persistence of Authoritarian Populism in the United States”. In: J. Morelock (org.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. Westminister: University of Westminister Press, 2018, p. 3-27.

- ADORNO, T. W. “A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista”. Trad. G. Pedroso. *Margem Esquerda*, 7, 2018 [1951]. Disponível em:  
<<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>>. Acesso em 25 mar. 2021.
- “Revisionist Psychoanalysis”. Trad. N. Lee. *Philosophy and Social Criticism* 40 (3), p. 326–338, 2014.
- “Sobre Sujeito e Objeto”. In: T. W. Adorno. *Palavras e sinais: Modelos críticos 2*. Trad. M. H. Ruschel, A. Valls. Petrópolis: Vozes, 1995 [1969], p. 181- 201.
- “Sociology and Psychology (Part 1)”. Trad. I. Wohlfarth. *New Left Review* 1 46, p. 67–80, 1967.
- “Sociology and Psychology (Part 2)”. Trad. I. Wohlfarth. *New Left Review* 1 47, p. 79–97, 1968.
- *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2009.
- ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D., *et al.* *The Authoritarian Personality: Studies in Prejudice*. New York: Norton, 1982 [1950].
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Trad. G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985 [1944].
- ALLEN, A. “Progress and the death drive”. In: A. Allen, B. O'Connor (orgs.). *Transitional Subjects: Critical Theory and Object Relations*. New York: Columbia University Press, 2019.
- *Critique on the Couch: Why Critical Theory Needs Psychoanalysis*. New York: Columbia University Press, 2021.

- . *The Politics of Our Selves: Power, Autonomy, and Gender in Contemporary Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 2008.
- ALLEN, A., RUTI, M. *Critical Theory between Klein and Lacan: a Dialogue*. New York: Bloomsbury Academic, 2019.
- BENJAMIN, J. “‘The Wolf’s Dictionary’: Confronting the Triumph of a Predatory World View”. *Contemporary Psychoanalysis* 53 (4), p. 470–488, 2017.
- . “The end of internalization: Adorno’s social psychology”. *Telos* 32, p. 42–64, 1977.
- . *Beyond Doer and Done To: Recognition Theory, Intersubjectivity and the Third*. New York: Routledge, 2018.
- . *Like Subjects, Love Objects: Essays on Recognition and Sexual Difference*. New Haven, CT: Yale University Press, 1995.
- . *Shadow of the Other: Intersubjectivity and Gender in Psychoanalysis*. New York & London: Routledge, 1998.
- . *The Bonds of Love: Psychoanalysis, Feminism, & the Problem of Domination*. New York: Pantheon Books, 1988.
- BERNSTEIN, J. “Adorno’s Uncanny Analysis of Trump’s Authoritarian Personality”. *The New School Roundtable on Adorno and Fascism (part 2)*, 5 Outubro, 2017. Disponível em: <https://publicseminar.org/2017/10/adornos-uncanny-analysis-of-trumps-authoritarian-personality/#.WeZIsRiZOV4>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- BOTTICI, C. “Adorno with Freud, Adorno Beyond Freud”, *The New School Roundtable on Adorno and Fascism (part 4)*, 19 Outubro, 2017. Disponível em: [https://publicseminar.org/2017/10/adorno-with-freud-adorno-beyond-freud/#\\_ftnref7](https://publicseminar.org/2017/10/adorno-with-freud-adorno-beyond-freud/#_ftnref7). Acesso em: 25 fev. 2021.

- BROWN, W. “Neoliberalism’s Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century Democracies”. *Critical Times* 1 (1), p. 60–79, 2018.
- . *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Anti-Democratic Politics in the West*. New York: Columbia University Press, 2019.
- BUTLER, J. “Longing for Recognition: Commentary on the Work of Jessica Benjamin”. *Studies in Gender and Sexuality* 1 (3), p. 271–90, 2000.
- FREUD, S. *Obras completas v. 15 – Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- . *Obras completas v. 18 – O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)*. Trad. P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GANDESHA, S. “‘A Composite of King Kong and a Suburban Barber’: Adorno’s ‘Freudian Theory and the Pattern of Fascist Propaganda’”. In: S. Gandesha. *Spectres of Fascism: Historical, Theoretical and International Perspectives*. London: Pluto Press, 2020, p. 120-141.
- . “‘Identifying with the aggressor’: From the authoritarian to neoliberal personality”. *Constellations* , 25 (1), p. 147-164, 2018.
- . “The Neo-liberal Personality”. *Logos*, 16, 2017. Disponível em: <http://logosjournal.com/2017/the-neoliberal-personality/>. Acesso em 25 fev. 2021.
- GORDON, P. “The Authoritarian Personality Revisited: Reading Adorno in the Age of Trump”. *Boundary 2*, 2 (44), p. 31-56, 2017.

- HORKHEIMER, M. “Authoritarianism and the Family Today”. In: R. Anshen. (org.). *The Family: its Function and Destiny*. New York: Harper & Brothers, 1949, p. 359-374.
- . “Teoria tradicional e teoria crítica”. In: Z. Loparié, O. B. Arantes (orgs.) *Os Pensadores XLVIII: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas*. Trad. E. A. Malagodi, R. P. Cunha. São Paulo: Abril, 1975 [1937], p. 125-162.
- LEEB, C. “A Festival for Frustrated Egos: The Rise of Trump from an Early Frankfurt School Critical Theory Perspective”. In: M. B. Sable, A. J. Torres (orgs.). *Trump and Political Philosophy*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018a, p. 297-313.
- . “Mass Hypnoses: The Rise of the Far Right from an Adornian and Freudian Perspective”. *Berlin Journal of Critical Theory*, 2 (3), p. 59-81, 2018b.
- MARASCO, R. “There’s a Fascist in the Family: Critical Theory and Antiauthoritarianism”. *The South Atlantic Quarterly* 117 (4), p. 791–813, 2018.
- MCAFEE, N. *Fear of breakdown: politics and psychoanalysis*. New York: Columbia University Press, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.7312/mcaf19268>>.
- MORELOCK, J. “Introduction: The Frankfurt School and Authoritarian Populism – A Historical Outline”. In: J. Morelock (org.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. London: University of Westminster Press, 2018, p. xiii–xxxviii.

- RENSMANN, L. “The Persistence of the Authoritarian Appeal: On Critical Theory as a Framework for Studying Populist Actors in European Democracies”. In: J. Morelock (org.). *Critical Theory and Authoritarian Populism*. London: University of Westminster Press, 2018, p 29–47.
- SAFATLE, V. “Adorno’s Freud in the Age of Trump”. *The New School Roundtable on Adorno and Fascism (part 1)*, 2 Outubro, 2017. Disponível em: <https://publicseminar.org/2017/10/adornos-freud-in-the-age-of-trump/>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- WHITEBOOK, J. “The Marriage of Marx and Freud: Critical Theory and Psychoanalysis.” In: F. Rush (org.). *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, 74–102.
- . “Trump’s Method, Our Madness”. *New York Times*, 20 Março, 2017a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/03/20/opinion/trumps-method-our-madness.html>. Acesso em 25 fev. 2021.
- . *Freud: An Intellectual Biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017b.
- WINNICOTT, D. *Playing and Reality*. New York: Penguin, 1971.
- WOLFE, A. “The authoritarian personality revisited”. *Chronicle of Higher Education*, 7 Outubro, 2005. Disponível em: <http://www.chronicle.com/article/The-Authoritarian/5104>. Acesso em 25 fev. 2021.
- WOLIN, R. “Our prophet of deceit”. *Chronicle of Higher Education*, 30 Outubro, 2016. Disponível em: <http://www.chronicle.com/article/Our-Prophet-of-Deceit/238176>. Acesso em 25 fev. 2021.